



IV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

01. Relacione as seguintes idéias com seus autores ou propagadores:

- (1) Conceitos de Poder Constituinte e Poderes Constituídos.
- (2) Poder Moderador.
- (3) Poder Judiciário como controlador da constitucionalidade.
- (4) Conceito jurídico de Constituição.
- (5) Conquistas do constitucionalismo norte-americano influentes da nossa primeira Constituição Republicana.

- a) (1) Montesquieu; (2) Rui Barbosa; (3) Pedro Lessa; (4) Carl Schmidt; (5) Benjamin Constant.
- b) (1) Abade Sieyès; (2) Benjamin Constant; (3) Juiz Marshall; (4) Hans Kelsen; (5) Rui Barbosa.
- c) (1) Juiz Marshall; (2) Montesquieu; (3) Rui Barbosa; (4) Ferdinand Lassale; (5) João Ramalho.
- d) (1) Hans Kelsen; (2) Abade Sieyès; (3) Montesquieu; (4) Rui Barbosa; (5) Benjamin Constant.

02. A sanção e o veto:

- a) são considerados poderes decorrentes do sistema constitucional de freios e contrapesos, deferidos ao Chefe do Poder Executivo, exclusivamente, os quais devem ser motivados.
- b) são funções típicas, porque exclusivas do Poder Executivo, sendo que o veto é irretratável e pode ser presumido.
- c) são funções atípicas, de natureza política do Chefe do Poder Executivo, incidentes apenas sobre o projeto de lei, sendo que o veto não pode ser presumido e a sanção independe de motivação.
- d) no Estado Federativo independem de motivação por se constituírem em funções discricionárias e exclusivas do Chefe do Poder Executivo.

03. Os dispositivos constitucionais sobre a relação dos índios com as terras por eles tradicionalmente ocupadas:

- a) reconhecem-lhes, a seu favor, usucapião imemorial.
- b) estabelecem uma posse por ocupação, tanto que elas são bens da União.
- c) consagram uma relação jurídica fundada no instituto do indigenato, que por si só se legitima e que alberga o "ius possessionis" e "ius possidendi".
- d) fazem o reconhecimento dos seus direitos à posse permanente dependerem de demarcação a cargo da União.



04. Escolha a alternativa correta:

- a) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade referem-se à lei, tratado ou ato normativo federal, sendo que as decisões definitivas nelas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal têm efeitos “erga omnes” e geralmente “ex tunc”. A primeira pode ser proposta, dentre outros, por Governador de Estado e do Distrito Federal e por sindicato e, a segunda, pela Mesa do Congresso Nacional, pelo Presidente da República e pelo Procurador-Geral da República.
- b) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade referem-se a leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais e as decisões definitivas nelas proferidas pelos Tribunais Superiores competentes têm efeitos vinculantes para os órgãos judiciários inferiores, aplicando-se a todos os processos judiciais em trâmite ou já julgados.
- c) As decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade têm geralmente efeitos “ex nunc”, exceto quanto aos atos e negócios jurídicos praticados em boa-fé e não prejudiciais a terceiros e efeitos “erga omnes”, bem como referem-se à lei ou ato normativo federal, estadual, do Distrito Federal e Territórios.
- d) As decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal na ação declaratória de constitucionalidade, de lei ou ato normativo federal, têm efeitos “erga omnes” e vinculantes para os demais órgãos do Judiciário e do Executivo. A ação direta de inconstitucionalidade, em que as decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal têm efeitos “erga omnes” e refere-se à lei ou ato normativo federal ou estadual e pode ser proposta, dentre outros, pelo Presidente da República e pela Mesa de Assembléia Legislativa.

05. A medida provisória:

- a) é lei desde a sua edição, a menos que ocorra a sua rejeição pelo Congresso Nacional ou se ela não vier a ser votada no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da sua publicação, hipóteses em que esse Órgão do Parlamento deverá disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.
- b) é ato nascido no Poder Legislativo, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, que a tanto está legalmente autorizado em caso de relevante interesse público e urgência comprovada, exclusivamente em relação à segurança nacional, criação de cargos públicos, inclusive fixação de vencimentos, finanças públicas e normas tributárias.
- c) não é lei porque é ato unipessoal, mas é processo legislativo especial, de iniciativa do Presidente da República, em caso de relevância e urgência, que nasce tão somente com a sua publicação, antes mesmo da competente promulgação.
- d) não é lei, mas é ato com força de lei, em que não há sanção, nem promulgação, sem limitações materiais e cuja aprovação pelo Congresso Nacional, no prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua publicação, não pode ser tácita.



06. Complete as seguintes orações com as alternativas correspondentes:

A nova ordem constitucional _____ (1) a anterior, sem necessidade de uma nova produção legislativa infraconstitucional, em decorrência do fenômeno denominado de _____ (2), mediante o qual pode ocorrer, por exemplo, que uma lei ordinária venha a se tornar lei complementar.

Quando a nova norma constitucional vier a regular diferentemente a matéria versada pela anterior no todo, ou em parte, há, respectivamente, _____ (3) e _____ (4).

Uma lei ordinária, que já perdeu eficácia ante uma Constituição, não pode readquiri-la pelo surgimento de nova Constituição. Essa restauração eficaz, juridicamente condenável, chama-se _____ (5).

A _____ (6), inadmitida por parte da doutrina, significa que os preceitos da Constituição precedente que não conflitarem com a nova Constituição são por ela recebidos como leis ordinárias.

- a) (1) revoga; (2) recepção; (3) ab-rogação; (4) derrogação; (5) repristinação; (6) desconstitucionalização.
- b) (1) derroga; (2) repristinação; (3) revogação; (4) ab-rogação; (5) constitucionalização; (6) acomodação.
- c) (1) torna ineficaz; (2) acomodação; (3) derrogação; (4) ab-rogação; (5) desconstitucionalização; (6) repristinação.
- d) (1) ab-roga; (2) constitucionalização; (3) ab-rogação; (4) revogação; (5) disjunção normativa; (6) acomodação.

07. Na atual Constituição:

- a) os cargos eletivos do Poder Executivo são preenchidos por sistema majoritário, em dois turnos, com maioria relativa de votos.
- b) aplica-se o sistema proporcional a todos os cargos do Poder Legislativo, bem como aos Juízes de Paz.
- c) o Senado Federal é composto mediante sistema proporcional, pela maioria relativa dos votos válidos, exercendo os senadores mandato geral, livre, irrevogável e imperativo.
- d) a composição da Câmara dos Deputados, mesmo com a edição da Lei Complementar n. 78, de 30 de dezembro de 1993, é fonte de graves distorções do sistema de representação popular equitativa, segundo entendimento de grande parte da doutrina.

08. São denominadas “cláusulas pétreas” da Constituição:

- a) a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais, o voto direto, secreto, universal e periódico e a forma federativa de Estado.
- b) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, a soberania e a



garantia do desenvolvimento nacional.

c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a federação, a democracia representativa, a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

d) os direitos e garantias individuais e sociais, a República, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

09. Na Constituição Brasileira, o sistema preventivo de controle da constitucionalidade:

a) é exercido pelo Legislativo e refere-se apenas a “projetos” e o repressivo pelo Supremo Tribunal Federal, cujas atuais competências se assemelham às de uma Corte Constitucional e esses sistemas são próprios das Constituições escritas e legítimas.

b) é exercido pelo Legislativo e Executivo e o repressivo, tanto pela via de exceção, quanto pela via de ação, é exercido pelo Judiciário e eles são próprios das Constituições rígidas.

c) é exercido pelo Executivo e o repressivo difuso pelo Supremo Tribunal Federal e eles são próprios das Constituições semi-rígidas e liberal-democráticas.

d) bem como o repressivo concentrado ou difuso, assim como o controle por omissão, são monopólios do Poder Judiciário através do Supremo Tribunal Federal e eles são próprios das Constituições escritas e promulgadas.

10. Para o exercício do Poder Constituinte Derivado, a Constituição:

a) exige processo legislativo especial de revisão constitucional com limitações procedimentais, que são, exclusivamente, a iniciativa do Presidente da República ou de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e/ou do Senado Federal e a vedação da respectiva promulgação na vigência de estado de defesa ou de sítio.

b) estabelece processo legislativo próprio que é de todos o mais exigente quanto às fases de deliberação e votação e a proposta é discutida em dois turnos em sessão unicameral do Congresso Nacional.

c) prevê o processo legislativo de emenda constitucional, cuja proposta é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos e para a qual inexistente sanção, sendo a sua promulgação efetivada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

d) prevê o processo legislativo de lei complementar, cuja discussão e votação ocorre na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com aprovação por maioria absoluta e promulgação sempre pelo Presidente da República.

11. Constituição(ões) Brasileira(s) que:

(1) instituiu a forma unitária de Estado;

(2) foram promulgadas por Assembléia Nacional Constituinte;

(3) introduziu, pela primeira vez, expressa referência ao “Habeas Corpus”;

(4) introduziu o mandado de segurança e ação popular, não previstos nas Constituições anteriores;



- (5) extinguiu a Justiça Federal comum de primeira instância;
(6) foi promulgada pelos Ministros Militares no recesso forçado do Congresso Nacional.

- a) (1) 1937; (2) 1891, 1937, 1969 e 1988; (3) 1926; (4) 1946; (5) 1934; (6) 1824.
b) (1) 1824; (2) 1891, 1934, 1946 e 1988; (3) 1891; (4) 1934; (5) 1937; (6) 1969.
c) (1) 1826; (2) 1934, 1937, 1964 e 1967; (3) 1934; (4) 1891; (5) 1946; (6) 1967.
d) (1) 1981; (2) 1981, 1932, 1934 e 1988; (3) 1946; (4) 1937; (5) 1891; (6) 1937.

12. Pela atual estrutura constitucional da Justiça Federal, são seus órgãos:

- a) os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
b) os Tribunais Superiores, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
c) os Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
d) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.

13. Em relação ao “habeas data”, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) considerado por prestigiosa doutrina como redundância dentre as garantias constitucionais, só pode ser proposto pelo interessado.
b) na vigência do estado de sítio, sua utilização poderá estar inviabilizada.
c) compete ao Superior Tribunal de Justiça seu processamento e julgamento em caráter originário, desde que impetrado contra ato de Tribunal Regional Federal.
d) não há recolhimento de custas processuais.

14. Competência para processar e/ou julgar:

- (1) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
(2) os mandados de segurança e os “habeas data” contra ato de Ministro de Estado;
(3) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
(4) a disputa sobre direitos indígenas ocorrida nos Territórios Federais;
(5) os mandados de segurança contra ato de Tribunal Regional Federal.

- a) (1) Superior Tribunal de Justiça; (2) Supremo Tribunal Federal; (3) Superior Tribunal de Justiça; (4) Juízes Federais; (5) Superior Tribunal de Justiça.
b) (1) Tribunal Regional Federal; (2) Superior Tribunal de Justiça; (3) juízes federais; (4) juízes estaduais; (5) Supremo Tribunal Federal.
c) (1) Supremo Tribunal Federal; (2) Tribunal Regional Federal; (3) Tribunal Regional Federal; (4) Justiça Militar; (5) Supremo Tribunal Federal.



d) (1) juízes federais; (2) Superior Tribunal de Justiça; (3) Supremo Tribunal Federal; (4) juízes da Justiça local, na forma da lei; (5) o próprio Tribunal Regional Federal.

15. A irredutibilidade de remuneração é assegurada:

- a) a todos os funcionários públicos civis.
- b) exclusivamente aos Juízes e membros do Ministério Público.
- c) aos servidores públicos, civis e militares, bem como aos trabalhadores urbanos e rurais, salvo convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- d) aos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e aos membros da Defensoria Pública.

16. Assinale a alternativa correta.

- a) Por força da Convenção de Haia de 1930, aprovada pelo Decreto nº 21.798/32, o Estado Brasileiro não é livre para, mediante a utilização de direito interno, conferir regimento jurídico à sua nacionalidade.
- b) É princípio geral do direito das gentes a regra consignada na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) que os Estados soberanos podem, arbitrariamente, privar o indivíduo de sua nacionalidade.
- c) No Brasil, o regimento jurídico da nacionalidade brasileira é matéria reservada à lei complementar.
- d) No Brasil, o regimento jurídico da nacionalidade brasileira é matéria constitucional.

17. Assinale a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no território nacional, embora de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de nação estrangeira.
- b) A Constituição Federal atribui a condição de naturalizados aos nascidos a bordo de navio ou aeronave de bandeira brasileira, quando estes trafegarem pelos espaços hídricos ou aéreos imunes a toda incidência de soberania.
- c) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- d) A Constituição Federal atribui a condição de brasileiros naturalizados aos filhos de pais estrangeiros, nascidos em território nacional, desde que qualquer deles esteja a serviço de seu País.

18. Assinale a alternativa correta.

- a) São privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e de Ministro da Fazenda.
- b) O acesso à carreira diplomática no Brasil é facultado aos naturalizados, na forma da lei.
- c) São privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Senadores e Ministros de Estado.
- d) O acesso aos cargos de oficial das Forças Armadas é facultado só aos brasileiros



natos.

19. Assinale a alternativa correta.

- a) No Brasil, a regra constitucional é a de que nenhum brasileiro, nato ou naturalizado, será extraditado, quer por crime comum, quer por crime político.
- b) No Brasil, a regra constitucional é a de que o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- c) No Brasil, a regra constitucional é a de que o estrangeiro poderá ser extraditado por crime político.
- d) No Brasil, a regra constitucional é a de que o estrangeiro poderá ser extraditado somente pela prática de crime de opinião.

20. Assinale a alternativa correta.

- a) Os tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional deverão ser aprovados pelo Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo.
- b) Em não se cuidando da hipótese mencionada em “a”, compete privativamente ao Presidente da República a aprovação, por meio de decreto, dos tratados internacionais.
- c) Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se exclusivamente pelos princípios da independência nacional, prevalência dos direitos humanos e dos que assegurem a concessão de asilo aos perseguidos, por qualquer razão, em seu País de origem.
- d) Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios que defendem a intervenção e o uso da força para impor respeito aos atos internacionais.

21. Assinale a alternativa correta.

- a) São objetivos constitucionais da seguridade social assegurar os direitos à saúde, previdência e assistência social.
- b) A Constituição Federal arrola o direito à previdência social entre os direitos individuais.
- c) São direitos exclusivos dos trabalhadores urbanos o fundo de garantia do tempo de serviço e o salário família para seus dependentes.
- d) São direitos exclusivos dos trabalhadores rurais a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e a garantia de salário nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

22. Assinale a alternativa correta.

- a) Por exigência constitucional, a Previdência Social será organizada de modo a assegurar a qualquer pessoa que se encontre em estado de necessidade os planos de



previdência social, independentemente de qualquer pagamento prévio ou direto por parte da pessoa assistida.

- b) A Previdência Social Urbana é o único regime de proteção social no Brasil.
- c) A Previdência Social Urbana é o único regime de proteção social no Brasil, competindo a sua execução ao Instituto Nacional do Seguro Social, sob orientação, coordenação e controle exclusivo do Ministério da Previdência Social.
- d) Os beneficiários do sistema da Previdência Social são os segurados e seus dependentes.

23. Assinale a alternativa correta.

- a) A assistência social no Brasil é assegurada e prestada única e exclusivamente aos segurados da Previdência Social.
- b) Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, dentre outras, a ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda.
- c) Os beneficiários da Previdência Social possuem apenas o direito ao gozo de prestações de serviços previstas em lei e distribuídas pelos órgãos administrativos do sistema.
- d) Por exigência constitucional, a lei previdenciária restringirá o direito daqueles que se filiarem ao sistema da Previdência Social, pela primeira vez, com trinta e cinco anos ou mais de idade.

24. Assinale a alternativa correta.

- a) Na forma da lei são dependentes, única e exclusivamente, as pessoas que estão vinculadas ao segurado por laços de parentesco.
- b) Na forma da lei são dependentes, única e exclusivamente, as pessoas que estão vinculadas ao segurado por laços de parentesco e de convivência conjugal.
- c) É exigência constitucional que todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefícios sejam corrigidos monetariamente.
- d) A Constituição Federal veda que os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, sejam incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios.

25. Assinale a alternativa correta.

- a) A gratificação natalina dos aposentados terá por base o valor dos proventos do primeiro dia útil do mês de dezembro de cada ano.
- b) No Brasil, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- c) O sistema de custeio da Previdência Social no Brasil obedece apenas ao critério de repartição do encargo pela União e empregador.
- d) Inscrição não se confunde com filiação. Esta é ato de natureza administrativa pelo qual se opera, no âmbito interno do Instituto Nacional do Seguro Social, o registro do segurado.



26. Se o agente falsifica ideologicamente documento, do qual faz posteriormente uso, ocorre:

- a) concurso material dos crimes de falsidade ideológica com o de uso de documento falso.
- b) concurso formal destas infrações.
- c) crime continuado.
- d) apenas um crime de falso.

27. De que crime contra a honra por meio de imprensa pode ser vítima a pessoa jurídica?

- a) injúria
- b) calúnia.
- c) difamação.
- d) injúria e difamação.

28. Crime de sonegação fiscal praticado em 20 de dezembro de 1990, tendo o agente, posteriormente, recolhido o tributo corrigido e multa antes do recebimento da denúncia é de se considerar:

- a) extinta a punibilidade pelo pagamento do tributo.
- b) prescrito em abstrato.
- c) abolido por lei nova.
- d) presente circunstância atenuante.

29. O crime é complexo quando:

- a) praticado reiteradamente em locais diversos.
- b) não admite tentativa.
- c) exige premeditação e organização por quatro ou mais pessoas.
- d) constituído por elementos próprios de dois tipos penais.

30. O crime é de perigo abstrato quando:

- a) meramente tentado, sem ter ocorrido qualquer ofensa ao bem jurídico.
- b) de cuja realização presume-se o perigo.
- c) desistiu-se, evitando-se o resultado.
- d) houve o arrependimento eficaz.

31. O crime de desobediência não se tipifica se:

- a) o agente estava embriagado.
- b) a autoridade entrou em férias após emitir a ordem.
- c) a autoridade estava embriagada.
- d) a ordem era legal mas o agente entendeu desimportante a determinação.



32. Constitui crime de violação de sigilo o Banco responder a pedido de informações sobre conta bancária de correntista por solicitação de:

- a) autoridade judiciária.
- b) Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional.
- c) membro do Ministério Público.
- d) Comissão Parlamentar de Inquérito de Assembléia Legislativa.

33. Segundo a Lei de Execuções Penais, o instituto da remição é relevante para:

- a) a concessão do livramento condicional.
- b) permissão de saída temporária.
- c) progressão para regime penitenciário menos rigoroso.
- d) determinar o cumprimento do regime semi-aberto.

34. O arrependimento posterior:

- a) extingue a punibilidade.
- b) destipifica o crime.
- c) exclui a culpabilidade.
- d) reduz a pena.

35. Aplicada a pena de seis meses de reclusão por tentativa de estelionato, pode o juiz:

- a) substituir por multa.
- b) determinar o cumprimento em regime fechado.
- c) determinar o cumprimento em regime semi-aberto.
- d) todas as hipóteses anteriores.

36. Do despacho que não admite o assistente do Ministério Público:

- a) cabe correição parcial.
- b) cabe agravo.
- c) cabe recurso em sentido estrito.
- d) não cabe qualquer recurso.

37. Quando o defensor constituído, devidamente intimado, não apresentar as alegações finais, deverá o juiz:

- a) nomear outro defensor para a apresentação das alegações finais.
- b) julgar a causa, uma vez estar preclusa a manifestação da defesa.
- c) intimar o réu para constituir novo advogado.
- d) nomear um curador para apresentar as alegações finais.

38. A interposição de "Habeas Corpus":

- a) só pode ser feita por advogado.
- b) não é cabível contra ato de particular.
- c) não é cabível contra a prisão administrativa.



d) não é cabível no caso de punição disciplinar.

39. O perdão oferecido pelo querelante:

- a) não pode ser apreciado em ação penal privada subsidiária.
- b) impede o recebimento de queixa.
- c) é ato unilateral da parte sendo sua concessão independente de aceitação.
- d) é causa ensejadora de decreto absolutório de mérito.

40. A prisão preventiva é:

- a) medida substitutiva de prisão em flagrante, no caso de seu relaxamento.
- b) medida compulsória aplicada no caso de quebra de fiança.
- c) medida excepcional e necessária aplicada apenas nos casos restritos da Lei.
- d) medida excepcional e que só pode ser decretada uma única vez.

41. O réu livrar-se-á solto por decisão da autoridade policial, quando:

- a) praticar um crime justificado por uma causa de exclusão de antijuridicidade.
- b) praticar um crime cominado com pena de reclusão.
- c) praticar um crime cominado com pena isolada de detenção, não superior a seis meses.
- d) praticar um crime cominado com pena de multa, isoladamente.

42. A fiança concedida em crime inafiançável ensejará a:

- a) quebra da fiança.
- b) cassação da fiança.
- c) perda total da fiança.
- d) perda parcial da fiança.

43. A citação do réu, residindo no estrangeiro, por prática de infração afiançável será feita por:

- a) edital com prazo de 90 dias, no mínimo.
- b) edital com prazo de 30 dias, no mínimo.
- c) edital com prazo de 15 dias, no mínimo.
- d) carta rogatória.

44. A intimação da sentença será feita:

- a) ao advogado, pessoalmente.
- b) ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
- c) ao réu, em qualquer caso, por meio de edital.
- d) ao réu solto, devidamente localizável em lugar sabido, por meio de publicação da imprensa.

45. Da decisão que rejeita a denúncia nos crimes contra a honra de funcionário público



federal, praticado, por meio de imprensa, caberá:

- a) recurso em sentido estrito.
- b) apelação.
- c) correição parcial.
- d) agravo.

46. Princípio constitucional de direito administrativo, não expresso e que impede, no exercício da discricionariedade administrativa, condutas insensatas:

- a) impessoalidade.
- b) moralidade.
- c) razoabilidade.
- d) legalidade.

47. São causas extintivas de um ato administrativo ainda não eficaz:

- a) desaparecimento do sujeito ou objeto e renúncia.
- b) a sua retirada ou a recusa do beneficiário cuja concordância era necessária para produção de efeitos.
- c) cumprimento dos seus efeitos e renúncia.
- d) caducidade, cassação e desaparecimento de elemento infungível da relação.

48. Os cargos públicos de provimento em comissão são aqueles:

- a) de carreira, cujos titulares têm provimento efetivo, não vitalício.
- b) considerados isolados, cujos titulares têm provimento permanente e pertencente à mesma classe.
- c) cujo provimento dispensa concurso público, ocupado geralmente em caráter transitório por pessoa de confiança.
- d) de provimento necessariamente transitório, destinados a funções menos relevantes e cujos titulares podem ser contratados.

49. Tendo em vista o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, escolha a alternativa **incorreta**:

- a) A instauração de processo administrativo disciplinar é obrigatória se a sanção aplicável for suspensão acima de 30 (trinta) dias. Instaurado o processo disciplinar, a prescrição fica interrompida até a decisão final da autoridade competente.
- b) No processo administrativo disciplinar, após a fase do inquérito administrativo com a produção de provas orais, investigações, diligências cabíveis e interrogatório do acusado, uma vez tipificada a infração disciplinar, ele será julgado, após o decurso do prazo de apresentação das suas razões finais.
- c) O processo administrativo disciplinar é conduzido por uma comissão composta por 03 (três) servidores estáveis, sob a presidência de um deles e ela só tem competência para conduzi-lo até a segunda fase, porque a terceira e última é da alçada da autoridade superior que mandou instaurá-lo.



d) Se a sanção aplicável for suspensão por menos de 30 (trinta) dias, o procedimento apurador adequado é o da sindicância, com prazo de conclusão não excedente a 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período pela autoridade superior, assegurada, mesmo em se tratando de sindicância, ampla defesa.

50. Escolha a alternativa correta:

- a) Para a criação de entidades paraestatais exploradoras de atividade econômica, além da autorização legislativa, é preciso que elas sejam necessárias aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, segundo definição legal.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, embora dependam de lei para serem criadas, podem, independentemente dela, criar subsidiárias ou participar no capital de empresas privadas e seus servidores, em algumas hipóteses, podem ser considerados funcionários públicos.
- c) O controle das autarquias pela Administração Central só existe nos casos e forma estabelecidos em lei (tutela ordinária), afastada, segundo a doutrina, qualquer hipótese de tutela extraordinária.
- d) Segundo o entendimento pacífico da doutrina, dentre as entidades paraestatais componentes da Administração Indireta somente as autarquias são pessoas jurídicas de direito público.

51. Em ação expropriatória promovida por empresa concessionária de serviço público para a instalação de torres de passagem de cabos de energia elétrica, em que as decorrentes restrições ao uso se mostrem parciais, ocorre:

- a) limitação administrativa parcial.
- b) servidão administrativa.
- c) desapropriação propriamente dita.
- d) interdição parcial de uso.

52. A denominada “cláusula de reserva”:

- a) é inadmitida na Constituição em face do princípio da ampla publicidade dos atos administrativos.
- b) é admitida pela Constituição, que prevê sigilo das informações contidas em órgãos públicos, imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, restringindo assim a abrangência do “habeas data”.
- c) é inadmitida na Constituição, na medida em que ela assegura a todos a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa dos direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- d) é admitida pela Constituição, em restrição à abrangência do mandado de segurança e do “habeas corpus” sempre que esteja envolvida questão de “segurança nacional”.

53. Na Constituição, a responsabilidade civil aquiliana do Estado encontra fundamento na teoria:



- a) da responsabilidade objetiva sob a modalidade da culpa concorrente.
- b) da responsabilidade objetiva sob a modalidade do risco administrativo.
- c) da responsabilidade subjetiva.
- d) da responsabilidade objetiva sob a modalidade do risco integral.

54. Escolha a alternativa **incorreta**:

- a) Embora as disciplinas jurídicas das denominadas “empresas estatais” sejam muito semelhantes, o que as diversifica fundamentalmente é o modo de composição do seu capital e a forma societária adotada.
- b) O Estado pode ter responsabilidade subsidiária em caso de responsabilização civil das suas autarquias.
- c) A autonomia dos serviços autárquicos federais está balizada pelas disposições do Decreto-Lei nº 200, dependendo sua ampliação ou redução de lei complementar de iniciativa privativa do Presidente da República.
- d) As empresa públicas e as sociedades de economia mista, excetuadas as normas constitucionais que a todas se apliquem, têm regimes jurídicos diversos, preponderantemente de direito privado ou de direito público, conforme, respectivamente, explorem atividade econômica ou desenvolvam quaisquer atividades de índole pública propriamente.

55. O dispositivo constitucional que estabelece o “regime jurídico único”:

- a) é auto-aplicável e procura unificar sistematicamente o tratamento normativo dos bens públicos.
- b) depende de legislação complementar e tem por objetivo evitar tratamento privilegiado aos servidores da Administração Indireta em relação aos da Direta.
- c) é auto-aplicável e visa, no âmbito da Administração Federal, unificar sistematicamente o tratamento normativo dos concessionários e permissionários dos serviços públicos.
- d) está instituído no âmbito federal por lei própria que abarca os servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas federais.

56. Trata-se de ação indenizatória ajuizada pelos pais da vítima de acidente ferroviário, que, ao transpor o leito de linha férrea em local obrigatório para pedestres, em passagem de nível, desprovida de quaisquer medidas de segurança, foi atropelada e morta por composição da ré.

Reconhecida a veracidade dos fatos, o pedido foi julgado procedente e imposta, na sentença, como termo inicial da fluência dos juros moratórios, a data:

- a) do evento danoso.
- b) do ajuizamento da ação.
- c) da citação.
- d) do trânsito em julgado da decisão definitiva.



57. Pedido de falência embasado em letra de câmbio sem aceite, não comprovando negócio subjacente e nem entrega de mercadoria, caracteriza:

- a) excesso de zelo.
- b) exercício regular e normal de um direito.
- c) abuso de direito.
- d) justo receio.

58. Proposta ação anulatória de escritura de cessão de direitos à meação, que Antonieta fez a seu filho Dino, por intermédio de interposta pessoa, sem o consentimento de outros descendentes, o julgador constatou que a cessão da ascendente para o terceiro e deste para o descendente ocorreu em apenas 06 (seis) dias, com sérios indícios de que o preço não foi pago.

Esta é uma hipótese de:

- a) erro.
- b) coação.
- c) ignorância.
- d) simulação.

59. Uma das formas de perda da propriedade é o abandono, ato unilateral em que o titular se desfaz, voluntariamente, do seu imóvel, por não desejar permanecer mais seu dono.

Caracteriza o abandono:

- a) a intenção de abdicar do bem.
- b) a simples negligência.
- c) o descuido.
- d) a transcrição no registro do lugar do imóvel.

60. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credora e devedora uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

A compensação efetua-se entre:

- a) dívidas certas, quanto à sua existência e determinadas quanto ao seu objeto, vencíveis e de coisas fungíveis.
- b) dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.
- c) dívidas ilíquidas, vencidas e de coisas infungíveis.
- d) dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.

61. Promovida ação expropriatória, o expropriado recebeu o valor do precatório, decorridos quase dois anos entre a efetivação da conta e a realização do pagamento.

No ato do recebimento, foi assinado, pelo expropriado, recibo do seguinte teor: "Recebi a importância "x", da qual dou plena quitação".

Diante do pagamento, o Juiz extinguiu o processo e o réu ofertou apelação, argumentando que a quitação se dera da importância e não do ressarcimento, e que a



jurisprudência dominante determina, na ocorrência de descompasso cronológico entre a realização do cálculo e do pagamento da indenização, a contagem de juros, por todo esse tempo.

Questiona-se, na espécie, a ocorrência:

- a) de pagamento presumido de juros.
- b) de falta de quitação, exigindo-se que o credor explicita a dívida a que se vincula o pagamento.
- c) de quitação, pela ausência de ressalva.
- d) renúncia ao restante do crédito.

62. O depositário é obrigado a ter, na guarda e conservação da coisa depositada, o cuidado e a diligência que costuma com o que lhe pertence.

Na hipótese de a perda ou a deterioração da coisa depositada resultar de força maior ou caso fortuito, o depositário:

- a) não está obrigado a reparar o prejuízo.
- b) não está obrigado a reparar o prejuízo, se provar a ocorrência do caso fortuito ou força maior.
- c) está obrigado a reparar o prejuízo.
- d) não está obrigado a reparar o prejuízo, se provar a ocorrência da força maior.

63. Aponte a resposta **incorreta**.

Dissolve-se a sociedade:

- a) pelo consenso unânime dos associados.
- b) pela consecução do fim social.
- c) pela extinção do capital social, ou seu desfalque em quantidade tamanha que dificulte a realização de suas finalidades.
- d) pela verificação de sua inexecutabilidade.

64. Cuida-se de ação de reparação de danos proposta pelos pais de vítima fatal de atropelamento, contando à época do evento 16 (dezesesseis) anos de idade.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o réu a pagar uma pensão mensal aos autores e à indenização por danos morais, a ser liquidada em arbitramento.

Os danos morais:

- a) são inacumuláveis com os danos materiais.
- b) são inacumuláveis, ainda que provenientes do mesmo fato, se decorrentes de circunstâncias diversas.
- c) são acumuláveis com as indenizações por dano material, oriundos do mesmo fato.
- d) são insuscetíveis de indenização.

65. O incorporador, antes de realizar contrato de compromisso de venda de fração ideal de terreno e construção de unidade de condomínio, deverá:



- a) apresentar o projeto de construção às autoridades competentes.
- b) requerer certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais.
- c) solicitar histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 25 (vinte e cinco) anos, acompanhado de certidões dos respectivos registros.
- d) arquivar no cartório competente de registro de imóveis os documentos exigidos pela lei sobre condomínio em edificações e incorporações imobiliárias.

66. “A”, “B” e “C”, acionistas da S/A Tecelagem Fibra Forte, ajuizaram ação cautelar inominada, incidente à ação de responsabilidade civil também por eles intentada, contra “X”, “Y” e “Z”, administradores da referida empresa. Lograram obter liminar proibindo que a Diretoria da ré, por seus atuais administradores, promovesse a alienação de qualquer bem do seu ativo permanente, salvo prévia autorização do Juízo e respectiva avaliação. Contra essa decisão, “Y” interpôs agravo de instrumento, sendo que o estatuto social da empresa comete à Diretoria competência para vender, ceder ou por qualquer modo alienar móveis ou imóveis, direitos ou ações e, enfim, tudo quanto integrante do patrimônio social, no todo ou em parte, vinculando a prática desses atos à atuação conjunta do Diretor Presidente e do Superintendente.

O Tribunal não conheceu do recurso, por ilegitimidade do recorrente.

Está configurada uma hipótese de:

- a) litisconsórcio necessário e a decisão da instância “ad quem” é correta.
- b) litisconsórcio facultativo e a decisão da instância “ad quem” é correta.
- c) assistência litisconsorcial e a decisão da instância “ad quem” é incorreta.
- d) litisconsórcio unitário e a decisão da instância “ad quem” é incorreta.

67. “X” intentou ação de indenização por furto de veículo, estacionado em local designado pelo réu, o banco “Y”, juntando o Boletim de Ocorrência, documento que explicita ser a testemunha “K” a única a presenciar os fatos.

Marcada a data da audiência, o autor ofertou o rol de testemunhas a destempo, fato que ensejou impugnação do réu, acolhida.

Entretanto, o Juiz “a quo”, a fim de melhor averiguar os fatos postos a desate, determinou a ouvida da testemunha “K”, constante do rol do autor e do Boletim de Ocorrência.

Este pronunciamento judicial:

- a) ofende o princípio da igualdade entre as partes.
- b) encontra-se abrigado pela previsão do art. 130 do CPC.
- c) é despacho de mero expediente e, portanto, insuscetível de ataque.
- d) extravasa os limites instrutórios do juiz.

68. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas em lei.



- b) Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- c) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- d) Quando o autor houver omitido, na petição inicial, pedido que lhe era lícito fazer, só por ação distinta poderá formulá-lo.

69. “A” moveu contra “B” ação ordinária de cobrança, cumulada com multa contratual por perdas e danos, julgada procedente, com trânsito em julgado da sentença.

Feitos os cálculos de liquidação e intimado o devedor, este deixou de impugnar a conta, que restou homologada, também transitando em julgado.

Cumprido esse trâmite, o executado constatou que o contador deixara de converter o valor original do débito (em cruzados velhos), para a unidade monetária padrão vigente na data, com a eliminação de três zeros, como determinava a lei, resultando em uma importância muito superior ao devido.

Na situação descrita, ocorre:

- a) erro material de cálculo, passível de correção.
- b) critério imutável de cálculo.
- c) erro aritmético, coberto pela coisa julgada.
- d) erro material de conta, só corrigível de ofício.

70. A melhor forma do recorrente provocar a correção do erro de não conhecimento de apelação tempestiva será interpondo:

- a) recurso especial.
- b) reconsideração.
- c) embargos de declaração.
- d) embargos infringentes.

71. Indique a quem está afeto o julgamento do recurso ordinário em mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e qual o sentido da locução constitucional – “quando denegatória a decisão”:

- a) ao Supremo Tribunal Federal e a expressão destina-se àquelas decisões que operam a extinção do processo, sem julgamento do mérito.
- b) ao Superior Tribunal de Justiça e a expressão destina-se àquelas decisões que apreciam o “meritum causae”.
- c) ao Superior Tribunal de Justiça e a expressão destina-se àquelas decisões terminativas do processo e às que apreciam o “meritum causae”.
- d) ao Supremo Tribunal Federal e a expressão destina-se àquelas decisões que apreciam o “meritum causae”.

72. Em execução promovida por “A” contra “B”, feitos os cálculos, o “quantum debeatur”



foi depositado pelo executado. Intimado, pela imprensa, da efetivação do depósito, o exeqüente levantou o valor, sem ressalvas e o juiz de primeiro grau decretou a extinção do processo, por renúncia do crédito (art. 794, III, do CPC).

“A” apelou, alegando existir crédito a receber e “B”, em sua resposta, deduziu que o recebimento do depósito, sem ressalva, equivale a uma desistência tácita acerca do saldo credor, porventura existente.

Nos termos da jurisprudência dominante:

- a) houve renúncia, em face do silêncio do credor.
- b) ocorreu a alegada desistência tácita.
- c) deu-se a preclusão.
- d) inorreu renúncia, dependente esta de declaração clara e precisa.

73. A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados pelo preço da avaliação se, findo o leilão, não houver licitantes.

O fato de não serem adjudicados bens que, levados a leilão, deixarem de ser arrematados:

- a) impede que a Fazenda Pública requeira um segundo leilão.
- b) não acarreta a extinção do processo de execução.
- c) torna impossível a substituição do bem penhorado.
- d) enseja a extinção do processo de execução.

74. Proposta ação de usucapião, a inicial padecia de tais defeitos, que restou indeferida, ensejando a interposição do competente recurso.

Aponte o recurso adequado a impugnar a decisão em apreço e que providência deverá adotar o juiz “a quo”:

- a) apelação e o juiz deixará de mandar citar o réu para acompanhá-la, por ser desnecessária a medida.
- b) apelação e o juiz deverá mandar citar o réu para acompanhá-la.
- c) agravo de instrumento e o juiz deverá intimar o réu para acompanhá-lo.
- d) agravo de instrumento e o juiz deverá citar o réu para acompanhá-lo.

75. Em maio de 1991, ocorreu uma colisão entre os petroleiros “Penélope” e “Piquete”, no Terminal Marítimo “Almirante Barroso”, em São Sebastião-SP, com vazamento de grande quantidade de óleo, que atingiu as praias vizinhas.

Diante do fato, o Ministério Público do Estado de São Paulo promoveu, perante a 2ª Vara da Justiça Estadual da Comarca de São Sebastião, que não detém sede de Vara Federal, contra o armador “Z”, proprietário do navio “Penélope” e a Petrobrás, Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas e Ação Cautelar Inominada, preparatórias de Ação Civil Pública, com o escopo de reparar danos ao meio ambiente. O juiz estadual aceitou sua competência.

Por seu turno, o Ministério Público Federal aforou Ação Civil Pública, contra as mesmas partes, objeto e causa de pedir e o juiz federal afirmou sua competência, pois foram



atingidos bens da União (mar territorial e terrenos da marinha).

Aponte quem decidirá o conflito e qual o juiz competente ao deslinde da questão ambiental:

- a) o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo competente o Juiz Federal da 22ª Vara.
- b) o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo competente o Juiz da 2ª Vara da Comarca de São Sebastião.
- c) o Superior Tribunal de Justiça, sendo competente o Juiz da 2ª Vara da Comarca de São Sebastião.
- d) o Superior Tribunal de Justiça, sendo competente o Juiz Federal da 22ª Vara.

76. Assinale a alternativa correta.

- a) Por consubstanciar exigência constitucional, os decretos regulamentares, que contiverem disposições de natureza tributária, não vigoram enquanto não referendados pelo Ministro da Fazenda.
- b) A União Federal, mediante lei complementar, poderá instituir contribuições sociais para intervenção no domínio econômico, que poderão ser cobradas no mesmo exercício financeiro de sua criação.
- c) Deverão ser cobrados taxa de serviço e preço público sempre que haja a prestação de serviço de telecomunicações.
- d) A aplicação do princípio da anterioridade está expressamente excluída pela Constituição Federal nos casos de empréstimos compulsórios.

77. Assinale a alternativa correta.

- a) A União Federal, para instituir imposto não cumulativo, somente poderá fazê-lo por intermédio de lei complementar.
- b) No exercício de sua competência residual, o Estado pode, desde que não tenha hipótese de incidência e base de cálculo idênticas aos dos impostos previstos na Constituição Federal, instituir outros impostos.
- c) A concessão de liminar em mandado de segurança somente suspende a exigibilidade de crédito tributário se precedida de depósito do montante devido.
- d) A progressividade é requisito obrigatório à instituição do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

78. Assinale a alternativa correta.

- a) A União Federal poderá instituir empréstimos compulsórios, sempre que necessário, para o atendimento de situação de emergência, desde que o faça por intermédio de lei complementar.
- b) A Constituição Federal autoriza a concessão de isenções nas exportações, em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal sobre serviços, por meio de lei complementar.
- c) O Chefe do Executivo pode, por razões de conveniência e oportunidade, alterar a



alíquota de qualquer imposto, mediante decreto regulamentar.

d) As normas gerais de direito tributário consubstanciam normas de aplicabilidade imediata, tendo como único destinatário os contribuintes.

79. Assinale a alternativa correta.

a) A lei complementar, da pessoa política titular da competência tributária, quando institui tributos, deve descrever a hipótese de incidência em todos os seus aspectos, deixando para o legislador ordinário a fixação do montante do pagamento do tributo.

b) O regulamento é fonte primária de direito tributário, já que é o instrumento competente para a fixação da alíquota dos impostos.

c) Sujeito ativo é, em regra, a pessoa constitucional titular da competência tributária.

d) É da competência do Chefe do Executivo do Estado de São Paulo baixar decreto regulamentar para a fiel execução de lei complementar que disponha sobre conflitos de competência em matéria tributária.

80. Assinale a alternativa correta.

a) A lei que concede isenção não pode ser modificada a qualquer tempo e sempre deve ser efetivada em cada caso por despacho da autoridade administrativa.

b) A contribuição de melhoria é um tributo que tem como hipótese de incidência a valorização imobiliária.

c) A Constituição Federal restringe a pessoalidade e graduação de acordo com a capacidade econômica aos impostos.

d) Por força da imunidade recíproca das pessoas políticas não são exigíveis taxas de serviço e de polícia das pessoas jurídicas de direito público interno.

81. Assinale a alternativa correta.

a) Por exigência constitucional, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será sempre progressivo e não-cumulativo.

b) A progressividade do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é exigência constitucional.

c) A progressividade do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é uma decorrência necessária do princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos.

d) A Constituição Federal veda a progressividade do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

82. Assinale a alternativa correta.

a) No exercício da função regulamentar, o Chefe do Executivo pode conceder isenções tributárias, levando em conta a especial condição do contribuinte, para garantir a obediência ao princípio da capacidade contributiva.

b) Além do mencionado em "a" as isenções tributárias, concedidas mediante decreto regulamentar, não obedecem ao princípio da anterioridade.

c) A União Federal, para instituir imposto não-cumulativo, somente pode fazê-lo por



intermédio de lei complementar.

d) No Brasil, o ano civil e o ano fiscal coincidem.

83. Assinale a alternativa correta.

a) A União Federal não pode delegar a competência que recebeu da Constituição Federal para tributar a exportação de produtos nacionais ou estrangeiros.

b) As pessoas físicas não podem delegar suas competências tributárias, exceto para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

c) O legislador ordinário, ao criar o tributo, pode delegar ao Chefe do Executivo a competência para alterar suas bases de cálculo.

d) O Presidente da República, atendidas as condições e limites da lei, poderá alterar as alíquotas e bases de cálculo dos impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

84. Assinale a alternativa correta.

a) Os impostos sobre importação, exportação e produtos industrializados não precisam obedecer ao princípio da legalidade.

b) O rol de impostos mencionados em “a” não é exaustivo, uma vez que também não precisam submeter-se ao princípio da legalidade, os impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

c) O instrumento competente para a fixação das alíquotas e bases de cálculo dos impostos mencionados em “a” e “b” é o decreto regulamentar.

d) No sistema constitucional vigente, não há exceções ao princípio da legalidade.

85. Assinale a alternativa correta.

a) A lei ordinária estadual ou distrital não pode extinguir isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

b) O princípio da anterioridade não se aplica, exclusivamente, aos impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados e aos impostos extraordinários.

c) Além dos mencionados em “b”, também não devem obediência ao princípio da anterioridade, os empréstimos compulsórios, estes, exclusivamente, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

d) Exceção feita às contribuições instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para custeio dos sistemas de previdência e assistência social de seus servidores, as demais contribuições obedecem ao princípio da anterioridade.

86. Assinale a alternativa correta.

a) O serviço público prestado pela União Federal, no exercício de sua competência residual, autorizará a cobrança de taxa de serviço.

b) O serviço público de ensino prestado pela União Federal em estabelecimentos



oficiais deve ser gratuito, não rendendo ensejo à cobrança de taxa.

c) O serviço público de ensino prestado pela União Federal em estabelecimentos oficiais, por se tratar de serviço específico e divisível, enseja à cobrança de taxa.

d) A atividade administrativa de prestação de serviço público só poderá dar ensejo à cobrança de taxa se o serviço for indivisível e genérico.

87. Assinale a alternativa correta.

a) Os pedidos de reconhecimento de isenção condicionada podem ser indeferidos, a critério da Administração Pública, independentemente da verificação do implemento da condição.

b) O imposto sobre produtos industrializados compõe a base de cálculo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias quando configurar hipótese de incidência dos dois impostos e for relativa a produto destinado à comercialização.

c) Os tributos e as multas moratórias têm sempre como pressuposto a prática de uma atividade lícita pelo contribuinte, demonstradora de capacidade econômica.

d) A lei do imposto territorial rural deve modular a exação de modo a fazê-la incidir, de maneira mais onerosa, nos casos de imóveis inexplorados ou de baixa produtividade, para atender a finalidades de ordem social e econômica, e não visando ao incremento de receita.

88. Assinale a alternativa correta.

a) A pessoa política que houver concedido isenção poderá vir a revogá-la, total ou parcialmente, em qualquer tempo, desde que o faça por meio de lei, não tendo o beneficiário, em nenhuma hipótese, o direito de ver respeitado o princípio da anterioridade.

b) Toda e qualquer lei que venha a extinguir isenção tributária deve, necessariamente, obediência ao princípio da anterioridade.

c) As contribuições sociais que venham a financiar a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

d) Todas as contribuições sociais devem obediência ao princípio da anterioridade.

89. Assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal veda que o imposto sobre produtos industrializados seja progressivo, ao estabelecer a seletividade em função da essencialidade do produto.

b) A extrafiscalidade consiste na atribuição, mediante lei, da titularidade de tributos à pessoa diversa do Estado, que os arrecada em benefício das próprias finalidades.

c) A competência tributária, que cada pessoa política recebeu da Constituição Federal, não pode ser alterada pela própria pessoa que a detém.

d) As isenções estipuladas por meio de tratados internacionais só nascem, no direito interno, depois de confirmados os acordos, pelo Congresso Nacional, por intermédio de lei complementar.



90. Assinale a alternativa correta.

- a) As isenções que objetivem promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País não desrespeitam o princípio da uniformidade geográfica e podem ser concedidas por meio de decreto regulamentar do Chefe do Executivo.
- b) Empréstimos compulsórios não podem ser criados ou aumentados por meio de lei delegada.
- c) Em conflito de competência de imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, prevalece, sempre, o imposto federal até que se edite lei complementar a respeito.
- d) A taxa de polícia pode ser exigida de particular sempre que o poder público prestar um serviço público.

91. A empresa, como atividade organizada:

- a) tem personalidade jurídica e é sujeito de direito.
- b) não tem personalidade jurídica e é objeto de direito.
- c) confunde-se com o empresário que a exerce.
- d) é a organização jurídica da exploração empresarial.

92. Em execução de crédito tributário federal, já garantido o juízo com penhora de bens do devedor, sobrevém a falência deste. Nesse caso:

- a) suspende-se a execução para a Fazenda concorrer ao juízo universal da falência.
- b) prossegue a execução até a transformação do bem penhorado em pecúnia e a remessa desta à massa falida, onde será observada a preferência do crédito tributário.
- c) prossegue a execução até a satisfação do crédito fazendário.
- d) prossegue a execução até a designação da hasta pública.

93. O patrimônio individual de pessoa física componente de sociedade por cotas de responsabilidade limitada:

- a) é autônomo em relação às obrigações da sociedade, salvo se o sócio tiver mais de 50% (cinquenta por cento) de participação no capital social.
- b) é solidário, mas sujeito ao benefício de ordem.
- c) para ser atingido há necessidade de ser previamente declarada a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.
- d) responde quanto às obrigações tributárias se a pessoa física estiver investida de funções de administração e se tratarem de débitos resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração de lei ou do contrato social.

94. A competência para editar as normas reguladoras para o cancelamento do registro de Sociedade Anônima de capital aberto é:



- a) do Banco Central do Brasil.
- b) da Comissão de Valores Mobiliários.
- c) do Conselho Monetário Nacional.
- d) das próprias Juntas Comerciais dos Estados.

95. A proteção do nome comercial ocorre:

- a) com o arquivamento dos atos constitutivos de empresários individuais ou sociedade na Junta Comercial - âmbito dos Estados.
- b) com sua legalização junto ao Departamento Nacional de Registro do Comércio - âmbito federal.
- c) com o registro diretamente no Ministério da Indústria e Comércio.
- d) tão somente pela prova material da anterioridade de sua existência.

96. O decreto de intervenção extrajudicial nas instituições financeiras se verifica:

- a) por ato do poder discricionário do Banco Central à vista de pressupostos legais.
- b) por solicitação dos credores não satisfeitos em seus créditos e que representem o número de 5% (cinco por cento) do valor dos créditos.
- c) por requerimento dos funcionários através do seu sindicato de classe.
- d) por pedido de qualquer outra instituição financeira.

97. O trespasse do estabelecimento mercantil implica:

- a) cessão do edifício que o integra.
- b) venda da sociedade.
- c) sucessão do passivo.
- d) cessão de ativos.

98. A regra da independência das assinaturas em matéria de títulos de créditos:

- a) implica no princípio da autonomia dos títulos.
- b) implica na solidariedade passiva.
- c) exonera a responsabilidade do endossante.
- d) implica na novação do crédito.

99. Não são cláusulas essenciais do contrato social:

- a) tipo societário, objeto social e direito de recesso.
- b) capital social, nome comercial e responsabilidade dos gerentes.
- c) nomeação do gerente, prazo de duração e descrição de livros fiscais.
- d) sede, foro e qualificação dos sócios.

100. Princípio aplicável aos títulos de crédito:

- a) boa fé.
- b) anterioridade.
- c) reserva legal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Comissão de Concurso
IV Concurso

d) literalidade.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do IV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	B	21	A	41	D	61	B	81	B
2	C	22	D	42	B	62	B	82	D
3	C	23	B	43	B	63	C	83	A
4	D	24	C	44	B	64	C	84	D
5	D	25	B	45	B	65	D	85	A
6	A	26	D	46	C	66	D	86	B
7	D	27	C	47	B	67	B	87	D
8	A	28	A	48	C	68	D	88	C
9	B	29	D	49	B	69	A	89	C
10	C	30	B	50	A	70	C	90	B
11	B	31	A	51	B	71	C	91	B
12	A	32	C	52	B	72	D	92	B
13	C	33	A	53	B	73	B	93	D
14	D	34	D	54	C	74	A	94	B
15	C	35	D	55	D	75	**	95	A
16	D	36	D	56	A	76	A	96	A
17	C	37	C	57	C	77	D	97	D
18	D	38	D	58	D	78	B	98	A
19	B	39	A	59	A	79	C	99	*
20	A	40	C	60	D	80	C	100	D

(*) Questão anulada por decisão da Comissão de Concurso.

(**) Questão anulada por decisão da Comissão de Concurso, após revisão.